SEÇÃO PRINCIPAL
ARTIGOS EXPOSITIVOS DA BIBLIOGRAFIA DE KARL MARX DA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA CAPITALISTA



FOLHETO Nº 04 — PARTE 2

GRUNDRISSE. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

CAPÍTULO DO DINHEIRO (A PRIMEIRA FORMULAÇÃO DA TEORIA MONETÁRIA DE MARX)

2. Transição do valor ao dinheiro

2.1. Gênese e essência do dinheiro (continuação)

A natureza autônoma do dinheiro (continuação)

Poder social do dinheiro

SUMÁRIO

FOLHETO Nº 01 (25.10.2024)
GRUNDRISSE. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA
Nota do Editor
Material complementar
Referências bibliográficas

FOLHETO Nº 02 (14.03.2025)
GRUNDRISSE. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA
CAPÍTULO DO DINHEIRO (A PRIMEIRA FORMULAÇÃO DA TEORIA MONETÁRIA DE MARX)
Apresentação do "Capítulo do dinheiro"
Referências bibliográficas

FOLHETO Nº 03 (05.09.2025)
GRUNDRISSE. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA
CAPÍTULO DO DINHEIRO (A PRIMEIRA FORMULAÇÃO DA TEORIA MONETÁRIA DE MARX) (continuação)
1. Karl Marx e a crítica ao socialismo "utópico" francês a partir de Pierre-Joseph Proudhon
1.1. Crítica a Alfred Darimon: *De la réforme des banques* (1856)
Conclusão
Referências bibliográficas

FOLHETO Nº 04 — PARTE 1 (17.04.2026)
GRUNDRISSE. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA
CAPÍTULO DO DINHEIRO (A PRIMEIRA FORMULAÇÃO DA TEORIA MONETÁRIA DE MARX) (continuação)
2. Transição do valor ao dinheiro
2.1. Gênese e essência do dinheiro
A origem lógico-histórica do dinheiro
A natureza autônoma do dinheiro
Conclusão
Referências bibliográficas

FOLHETO Nº 04 — PARTE 2 (16.10.2026)
GRUNDRISSE. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA
CAPÍTULO DO DINHEIRO (A PRIMEIRA FORMULAÇÃO DA TEORIA MONETÁRIA DE MARX) (continuação)
2. Transição do valor ao dinheiro 4
2.1. Gênese e essência do dinheiro (continuação) 6
A natureza autônoma do dinheiro (continuação) 6
Poder social do dinheiro 6
Conclusão 27
Referências bibliográficas 29

FOLHETO Nº 05 (Previsão: 15.11.2026)
GRUNDRISSE. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA
CAPÍTULO DO DINHEIRO (A PRIMEIRA FORMULAÇÃO DA TEORIA MONETÁRIA DE MARX) (continuação)
2. Transição do valor ao dinheiro (continuação)
2.2. Os metais preciosos como portadores da relação de dinheiro
2.3. O curso do dinheiro
Conclusão
Referências bibliográficas

FOLHETO Nº 06 (Previsão: 31.12.2026)
GRUNDRISSE. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA
CAPÍTULO DO CAPITAL: PRIMEIRA SEÇÃO: O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO CAPITAL
1. Transformação do dinheiro em capital
2. Capital e trabalho
3. Processo de trabalho e processo de valorização
4. Mais-valor (mais-valia)
5. Mais-valor (mais-valia) e lucro
Conclusão
Referências bibliográficas

FOLHETO Nº 07 (Previsão: 30.03.2027)
GRUNDRISSE. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA
CAPÍTULO DO CAPITAL: SEGUNDA SEÇÃO: O PROCESSO DE CIRCULAÇÃO DO CAPITAL
1. Processo de reprodução e acumulação do capital
2. Formações econômicas que precederam a produção capitalista
Conclusão
Referências bibliográficas

FOLHETO Nº 08 (Previsão: 30.05.2027)
GRUNDRISSE. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA
CAPÍTULO DO CAPITAL: SEGUNDA SEÇÃO: O PROCESSO DE CIRCULAÇÃO DO CAPITAL (continuação)
3. O circuito do capital
4. Tempo de circulação e a rotação do capital
5. O capital fixo e o capital circulante
Conclusão
Referências bibliográficas

FOLHETO Nº 09 (Previsão: 30.06.2027)
GRUNDRISSE. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA
CAPÍTULO DO CAPITAL: TERCEIRA SEÇÃO: O CAPITAL QUE GERA FRUTOS: JURO. LUCRO
1. Custos de produção etc.
2. Complementos aos capítulos do dinheiro e do capital
Conclusão
Referências bibliográficas

FOLHETO Nº 10 (Previsão: 31.08.2027)
GRUNDRISSE. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS [ESBOÇOS] PARA A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA
Conclusão geral do Artigo Expositivo III
Apêndice: O que os *Grundrisse* oferecem para a superação do capitalismo
Conclusão
Referências bibliográficas

FOLHETO Nº 04[1]
PARTE 2
(30.10.2026)

GRUNDRISSE. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

CAPÍTULO DO DINHEIRO
(*A primeira formulação da teoria monetária de Marx*)

2. Transição do valor ao dinheiro

Por meio do Artigo Expositivo III, apresentado em fascículos mensais, a Expedição Karl Marx vem explorando os manuscritos *Grundrisse. Elementos fundamentais para a crítica da economia política*, redigidos pelo filósofo alemão-prussiano de Trier, Karl Heinrich Marx, entre 1857 e 1858, durante seu exílio na Inglaterra.

Os manuscritos de 1857/1858 constituem um primeiro e decisivo conjunto de esboços críticos do modo de produção capitalista, conhecidos como o "laboratório econômico" de Marx[2]. Os *Elementos fundamentais para a crítica da economia política*, que integram os *Grundrisse*, compreendem dois capítulos: o "Capítulo do dinheiro" e o "Capítulo do capital". No primeiro, o foco recai sobre a transição do valor ao dinheiro; no segundo, sobre a passagem do dinheiro a capital.

Para o filósofo argentino Enrique Dussel, esse percurso investigativo leva à descoberta que caracteriza como "teórica radical" de toda a vida de Karl Marx e igualmente "*essencial*" à sua trajetória intelectual: a "*mais-valia* que o capitalista obtém ao fim do processo de produção […]", conforme consta na passagem dos *Grundrisse* que Dussel transcreve — a categoria que constitui, em Marx, o vetor da exploração capitalista e que encontra formulação teórica madura em sua obra maior, *O capital: crítica da economia política*.[3]

Como visto no Folheto nº 03, Marx dedica, na que consideramos a primeira seção do "Capítulo do dinheiro", cerca de vinte páginas à polêmica com o proudhonista Alfred Louis Darimon e suas propostas de reforma monetária, bancária e creditícia destinadas a alterar o funcionamento da economia capitalista e resolver suas contradições. No Folheto nº 04, Parte 1, seguimos a sequência adotada pelo filósofo de Trier na análise do dinheiro, na qual desenvolve as questões teóricas suscitadas por

1 Nota explicativa: este texto foi submetido, de forma crítica e subsidiária, a uma ferramenta de inteligência artificial, utilizada para testar ideias, organizar sua estrutura e realizar revisões gramatical e redacional. Referência: OpenAI. *ChatGPT.*

2 ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de *O capital* de Karl Marx**. Rio de Janeiro-RJ: Contraponto Editora, 2001, orelha do livro.

3 DUSSEL, Enrique. **A produção teórica de Marx: Um comentário aos Grundrisse**. São Paulo-SP: Editora Expressão Popular, 2012, p. 15 ("Palavras Preliminares").

aquele embate, dando início, na organização expositiva dos *Grundrisse* que orienta este artigo, à segunda seção — "Gênese e essência do dinheiro".[4]

Na primeira parte do quarto fascículo, conhecemos a gênese do dinheiro e começamos a examinar sua essência.

No subitem "A origem lógico-histórica do dinheiro", constatamos que Marx recua aos fundamentos dessa categoria — a mercadoria e o valor —, a partir dos quais pode-se compreender que a gênese do dinheiro deve ser desvendada na própria estrutura da relação mercantil, em particular no desenvolvimento da forma-valor e de suas determinações fundamentais: o trabalho social abstrato como substância do valor; a manifestação do valor no intercâmbio de mercadorias como valor de troca; e sua expressão na forma de equivalente geral. Nesse sentido, o estudo dos *Grundrisse* permite assimilar que a origem do dinheiro não se explica por uma narrativa histórica direta, mas por uma gênese lógica, isto é, por uma necessidade interna da própria relação mercantil, sem que isso implique desconsiderar sua base histórica real. A articulação desses dois aspectos possibilita caracterizar a origem do dinheiro, em Karl Marx, como **lógico-histórica**, em contraposição às explicações que consideram a forma monetária do valor de troca um mero instrumento técnico ou convencional do intercâmbio.[5]

Após identificar, no estudo da origem do dinheiro, as determinações que permitem expressar as mercadorias como valores, passamos a examinar a sua essência. No subitem "A natureza autônoma do dinheiro", na Parte 1 do Folheto nº 04, vimos também que, para o autor dos *Grundrisse*, aquelas determinações, por si sós, não bastavam para viabilizar o intercâmbio generalizado característico da sociedade mercantil burguesa. Para que esse intercâmbio se desenvolvesse, o valor, manifestado na relação mercantil como valor de troca, precisava adquirir uma forma monetária que

4 O Folheto nº 01 — *Nota do Editor* — apresenta os objetivos e o percurso do Artigo Expositivo III, a trajetória bibliográfica de Marx até *O capital*, os elementos estruturantes da investigação crítico-teórica marxiana do capitalismo e as linhas gerais dos *Grundrisse*, incluindo seu processo de elaboração e publicação. O Folheto nº 02 — *Apresentação do "Capítulo do dinheiro"* — introduz o primeiro dos dois capítulos dos *Grundrisse* propriamente ditos, denominação adotada neste artigo para o conjunto dos sete cadernos numerados de I a VII, distinguindo-os dos demais cadernos e textos avulsos reunidos na obra. O Folheto nº 03 inicia a abordagem do "Capítulo do dinheiro" pela crítica de Marx ao livro *De la réforme des banques* (1856), de Alfred Louis Darimon, discípulo do filósofo francês Pierre-Joseph Proudhon. O conteúdo completo dos fascículos publicados pode ser acessado pelos links disponíveis no Sumário.

5 De acordo com Roman Rosdolsky, em *Gênese e estrutura de O capital*, sobre os *Grundrisse*, a decisão de Marx de partir dos fundamentos do dinheiro para desvendar sua gênese deve ser compreendida à luz do caráter exploratório dos manuscritos e da distinção entre os métodos de investigação e de exposição. O processo investigativo consiste na revelação das determinações, ou seja, na descoberta das relações essenciais que constituem uma categoria e definem seu modo de existência no interior de uma totalidade social. Já o processo expositivo consiste na ordenação lógica dessas determinações ou descobertas. Na qualidade de "laboratório econômico", os manuscritos correspondem a uma investigação em processo, e não a uma exposição sistemática acabada. Nos *Grundrisse*, Marx parte de uma forma mais complexa que a mercadoria, o dinheiro, e, por um movimento regressivo, reconduz a análise às determinações que o tornam possível. Na obra posterior, em *O capital*, especialmente no Livro I ("O processo de produção do capital"), o autor segue outro percurso: parte da forma mais simples, a mercadoria, para chegar às formas mais complexas da totalidade capitalista, nas quais o capital e suas determinações se desenvolvem (ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., orelha do livro e pp. 15-16).

lhe conferisse existência autônoma em relação à forma natural da mercadoria particular. Daí a conclusão de que a natureza do dinheiro consiste em ser a **forma monetária pela qual o valor de troca adquire existência social autônoma**. A Parte 2 deste folheto examina o principal desdobramento dessa existência social autônoma do valor sob a forma do dinheiro: seu poder social.

2.1. Gênese e essência do dinheiro (continuação)

A natureza autônoma do dinheiro (continuação)

Poder social do dinheiro

No estudo da existência do valor sob a forma monetária autônoma — condição viabilizadora do intercâmbio mercantil generalizado e constitutiva da essência do dinheiro —, observamos que essa autonomização expressa e reproduz contradições inerentes às relações sociais fundadas no valor de troca. Ao criar as condições para que o dinheiro se torne objeto de negócio, um fim em si mesmo e não apenas um meio, e para que o comércio se separe do consumo, a forma autonomizada do valor expõe as tensões internas ao sistema mercantil, permitindo que, no âmbito das relações capitalistas, o movimento de compra e venda se subordine à valorização do valor, em vez de se orientar direta e predominantemente para a satisfação das necessidades sociais. Em outros termos, embora decorram das próprias relações sociais que tornam possível o intercâmbio mercantil generalizado, essas contradições podem dificultar ou até impedir, em determinadas circunstâncias, a realização (venda, por exemplo) dessas mercadorias, o que, entre outros fatores, pode contribuir para a ocorrência de momentos críticos, como as crises de superprodução. O tema das crises, contudo, será tratado mais adiante neste Artigo Expositivo III. Sigamos na investigação marxiana da transformação do valor em dinheiro, examinando especificamente o poder social que se expressa nessa forma autônoma do valor.

O desenvolvimento de novas relações sociais de produção fundadas no valor de troca implica que trabalhos privados, realizados em formas concretas específicas (o trabalho do padeiro, do pedreiro etc.), sejam socialmente equiparados enquanto trabalho humano abstrato, embora essa equiparação não resulte de uma decisão consciente dos produtores, mas se efetive socialmente por meio das relações de troca entre os produtores privados, nas quais os produtos de seus trabalhos assumem a forma de mercadorias.

Essas relações sociais se objetivam nos produtos que assumem a forma de mercadorias e estabelecem uma conexão social muito distinta daquela predominante nas formas sociais antecedentes à sociedade mercantil desenvolvida, como as sociedades antigas e feudais. Na forma social capitalista, a conexão social entre produtores privados

aparece, assim, como uma **relação entre coisas**, que passam a exercer poder sobre os indivíduos, sujeitando-os ao que Mário Duayer, com base nas ideias do teórico crítico canadense Moishe Postone, qualifica de "**dominação abstrata**", conforme discutido em nosso texto anterior. Trata-se de uma dominação associada ao **poder social objetivado e expresso no dinheiro**, distinta das relações de dominação e subordinação pessoal predominantes nas ordens sociais pretéritas.

I

Após examinar nos *Grundrisse* as incongruências que emergem da existência do dinheiro ao lado das mercadorias e antes de desenvolver o aspecto do poder social do dinheiro, Karl Marx retoma a proposta de Alfred Darimon, discutida na seção de abertura do "Capítulo do dinheiro", desta feita em relação à ideia do bônus-horários ou bônus-hora como substitutos do dinheiro metálico (ouro e prata) e à criação do Banco do Povo, a fim de criticar a concepção proudhonista de que a transformação da forma monetária permitiria superar todas as dificuldades e contradições associadas ao dinheiro.[6]

O leitor(a) pode achar um pouco estranho o retorno de Marx a Darimon fora da seção a ele dedicada, exatamente no momento em que avança para a análise do poder social expresso no dinheiro. A retomada, contudo, não é por acaso: veremos a seguir como ela decorre das contradições anteriormente examinadas e se articula diretamente à investigação do poder no dinheiro.

Sob esse ângulo, o teórico alemão-prussiano mostra novamente a insuficiência de uma mera alteração da forma do dinheiro como solução para as contradições do modo de produção capitalista, sem que sejam transformadas estruturalmente as relações sociais de produção que tornam o dinheiro necessário,

6 MARX, Karl Heinrich. **Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política**. Rio de Janeiro-RJ: Boitempo Editorial, 2011, pp. 101-104. Da crítica marxiana à proposta de Darimon acerca dos bônus-horários e do Banco do Povo, tratamos no Folheto nº 03 deste Artigo Expositivo III. No caso específico do bônus-hora como substituto do dinheiro metálico (ouro e prata), a questão subjacente à qual Marx responde naquele momento é a seguinte: se o dinheiro é a forma autonomizada do valor e sua existência decorre das próprias relações sociais fundadas na troca generalizada, a substituição de sua forma poderia eliminar as determinações que lhe conferem o caráter independente e proeminente no intercâmbio mercantil desenvolvido?
Vale anotar, ainda, que, antes de retornar a Darimon, Marx faz referência a material factual extraído de dois jornais britânicos, o *Economist* e o *Morning Star*, recorrendo a exemplos concretos que ilustram as determinações monetárias desenvolvidas na análise das incongruências do dinheiro ao lado das mercadorias. A matéria do primeiro jornal apresenta a ampliação da liberdade bancária como meio de neutralizar as vantagens e desvantagens decorrentes das oscilações do mercado monetário. Marx, no entanto, desloca a questão para outro plano, afirmando que as contradições do dinheiro são fruto do desenvolvimento da relação das mercadorias como valores de troca, de sua determinação como valor, e não de meras questões técnicas vinculadas à existência do dinheiro e à atuação dos bancos. Já em relação ao segundo jornal, o autor dos manuscritos de 1857/1858 utiliza a matéria publicada como um exemplo concreto da afirmação do dinheiro como poder social autônomo, haja vista a existência de instituições que operam na esfera monetária para converter a própria atividade financeira em fonte de lucro (Idem, p. 100).

conforme discutido no mencionado Folheto nº 03.

Seja qual for a forma particular que o dinheiro tome para si, a dependência recíproca dos indivíduos no contexto histórico do intercâmbio mercantil generalizado permanece como fundamento de seu vínculo social, mediado pelo valor de troca. Nas relações de troca generalizadas, o valor das mercadorias precisa assumir uma forma social geral, isto é, a expressão geral do valor em um equivalente universal. O dinheiro, seja na forma de bônus-hora, seja na de ouro etc., constitui essa forma social autonomizada: a existência do valor em uma forma monetária autônoma em relação às propriedades naturais das mercadorias cujos valores expressa, contrapondo-se a elas como equivalente geral.

Uma vez demonstrada a permanência da relação social mediada pelo valor de troca — que Darimon pretendia superar mediante a transformação do dinheiro — e, com ela, a manutenção da determinação monetária essencial do dinheiro como forma universal e autonomizada do valor, mesmo com a adoção do bônus-hora — aspectos já tratados no Folheto nº 03 —, Marx avança no plano teórico e aprofunda a investigação do poder do dinheiro, buscando compreender por que a forma monetária do valor concentra em si o vínculo social e o poder social dos indivíduos.

Se a estrutura social permanece fundada na produção privada e na dependência recíproca dos indivíduos, indiferentes entre si, cuja relação social é mediada pela troca de valores, aqueles continuam tendo de se relacionar por meio de uma forma social autonomizada. O poder do dinheiro deriva, precisamente, da relação social que nele se expressa e se concentra.[7]

A sociedade que engendra essa forma de conexão é a sociedade burguesa, a sociedade da livre concorrência, constituída com a generalização da troca. Nela, como esclarece o teórico alemão-prussiano, a "dissolução de todos os produtos e atividades em valores de troca pressupõe a dissolução de todas as relações fixas (históricas) de dependência pessoal na produção [a exemplo da sociedade antiga e feudal, dizemos nós], bem como a dependência multilateral dos produtores entre si".

A dissolução da dependência pessoal vem acompanhada de uma independência e, ao mesmo tempo, de uma dependência muito mais ampla e multilateral. Os indivíduos deixam de depender exclusivamente de uma única pessoa ou de um grupo restrito, como ocorria com o escravo e o servo em relação ao senhor, com o vassalo em relação ao senhor feudal e com o produtor em relação a uma comunidade restrita.

A dependência social desenvolvida no âmbito da sociedade burguesa, passa a assumir um caráter mais objetivo: "A produção de todo indivíduo singular é dependente da produção de todos os outros; bem como a transformação de seu produto em meios de vida para si próprio torna-se dependente do consumo de todos os outros",

7 Ibidem, p. 104.

declara Marx, evidenciando a interdependência entre produção e consumo.

Aqui se tem uma questão central. O indivíduo, de certo modo, até se torna independente enquanto pessoa privada, mas a dependência social não desaparece; pelo contrário, amplia-se. Para reproduzir sua existência, o indivíduo passa a depender de uma multiplicidade de outros indivíduos, indiferentes entre si e com os quais não mantém um vínculo subjetivo comum. O aspecto singular dessa dependência é que ela se apresenta como uma **dependência social coisificada**.

É uma nova dependência recíproca que aparece mediada pela troca, pelo mercado, e não mais predominantemente pelas relações pessoais que organizavam a produção: "Essa nova dependência reciproca se expressa na permanente necessidade da troca e no valor de troca como mediador geral". Os economistas, assinala Karl Marx, referindo-se explicitamente à formulação de Adam Smith na célebre obra *A riqueza das nações*, apresentam essa relação nos seguintes termos: "cada um persegue seu interesse privado e apenas seu interesse privado; e serve, assim, sem sabê-lo ou desejá-lo, ao interesse privado de todos, ao interesse geral".

Embora não questione a frase em si, Marx refuta o que ela representa. Ele critica a aparência própria da sociedade burguesa contida na assertiva, segundo a qual os indivíduos aparecem como independentes uns dos outros, quando, na realidade, dependem universalmente uns dos outros. Invertendo o sentido da fórmula smithiana, com certa ironia, ele escreve: "Dessa frase abstrata pode ser deduzido, ao contrário, que cada um obstaculiza reciprocamente a afirmação do interesse do outro, e que desta *bellum omnium contra omnes*[8], em lugar de uma afirmação universal, resulta antes uma negação universal". Ou seja, a independência privada tem como contrapartida a dependência social. Se cada um busca apenas seu interesse particular, pode-se concluir que cada um cria obstáculos à realização dos interesses particulares dos demais.[9]

Para o autor dos *Grundrisse*, a "moral da história" é outra: "[…] o próprio interesse privado já é interesse socialmente determinado" — **uma determinação social**, **e não natural** — "e que só pode ser alcançado dentro das condições postas pela sociedade e com os meios por ela proporcionados; logo, está vinculado à reprodução de tais condições e meios". O filósofo continua: "É o interesse das pessoas privadas; mas seu conteúdo, assim como a forma e os meios de sua efetivação, está dado por condições sociais independentes de todos".[10]

Não se trata de indivíduos originalmente isolados que, ao perseguirem seus interesses, casualmente produzem uma sociedade que os conecta. A forma que o interesse privado assume na sociedade burguesa — a produção privada voltada predominantemente para a troca pela troca —, as condições de realização desse interesse — que dizem respeito à dependência recíproca dos produtores, constituída pela

8 "Guerra de todos contra todos" (tradução livre), em referência ao filósofo inglês Thomas Hobbes (1588-1679).
9 Idem, pp. 104-105.
10 Ibidem, p. 105.

divisão social do trabalho — e, por fim, os meios para realizá-lo — o valor de troca e o dinheiro — são aspectos que integram a própria estrutura social. Todas essas condições e fatores são socialmente configurados pela estrutura das relações de produção em que os indivíduos estão inseridos, ou seja, pela produção privada e pela troca generalizada, orientadas pela valorização do valor, que tem no lucro sua expressão característica. Para Karl Marx, o interesse privado não é natural, mas tampouco deixa de ser privado. O que se coloca é que os interesses individuais não podem ser compreendidos independentemente das relações sociais em que se constituem e das condições materiais de sua realização.

A questão principal não é que interesses privados somados alcancem o interesse geral — até porque esse corolário pode muito bem ser lido em sentido inverso, como Marx o fez —, mas que relações sociais determinadas moldam os próprios interesses privados. Sua realização reproduz, consequentemente, as condições e meios sociais de que depende.

A conexão social formada pela dependência recíproca e multilateral dos indivíduos, que são mutuamente independentes, encontra expressão objetiva no valor de troca. Na sociedade estruturada pelo intercâmbio ampliado, o indivíduo tem de produzir um produto que, além de possuir valor de uso, seja portador de valor de troca, isto é, de uma determinação social universal. O valor de troca, "por si isolado" e autonomizado da mercadoria, é "*dinheiro*", arremata o teórico de Trier.

De outro lado, o poder que um indivíduo exerce sobre a atividade do outro ou sobre as riquezas sociais existe nele enquanto proprietário de valores de troca, ou seja, de valores autonomizados no dinheiro. No capitalismo, o indivíduo não produz diretamente para atender as necessidades sociais. Seu trabalho, embora participe da produção social, só adquire validade social por meio da troca.

Portanto, a **conexão social** na sociedade capitalista não resulta necessariamente da convergência dos interesses privados em direção ao interesse geral. Ela se concebe a partir do trabalho privado de indivíduos socialmente independentes, cujo produto assume a forma de valor de troca e encontra no dinheiro sua forma autonomizada, realizando-se socialmente por meio do mercado.

É nessa forma mercantil que o vínculo social, fundado na produção privada e na troca orientada para a valorização do valor, se objetiva na **sociabilidade burguesa**. Daí a frase marxiana: "**Seu poder social, assim como seu nexo com a sociedade, [o indivíduo] traz consigo no bolso**" (grifo nosso).[11]

11 Ibidem, p. 105 (os parágrafos principais seguintes referem-se ao conteúdo da página em referência). Por "sociabilidade", em sentido amplo, entende-se o modo pelo qual os indivíduos se relacionam entre si e participam da vida social, ou seja, como se relacionam no processo de produção e reprodução da vida social. Essa categoria envolve dimensões objetivas (relações de produção, propriedade dos meios de produção, instituições políticas, jurídicas etc.) e subjetivas (expectativas recíprocas, valores, hábitos, comportamentos, formas de consciência etc.). No parágrafo, o termo é empregado em seu sentido histórico-social, isto é, como forma historicamente constituída. Na sociedade burguesa, essa sociabilidade é determinada pela produção privada, pela divisão social do trabalho e pela troca generalizada e se caracteriza também pela figura do

II

Na sociedade capitalista, de acordo com a análise marxiana, a atividade particular e o produto dela assumem a forma de valor de troca, isto é, "um universal em que toda individualidade, peculiaridade, é negada e apagada". Seja qual for o caráter social da atividade produtiva nesse contexto, a forma social do produto dela resultante e a participação do indivíduo nessa produção contraem agora a forma de uma "troca universal de atividades e produtos, que deveio condição vital para todo indivíduo singular […]". Aquilo que constitui o "caráter social da atividade", a "forma social do produto" e a "participação do indivíduo na produção", aparecem, então, diante dos próprios indivíduos como "**algo estranho**, **como coisa**" (grifo nosso), e não como sua própria conduta. A relação social assume, assim, a aparência de uma **relação objetiva**, subordinando os indivíduos "a relações que existem independentemente deles e que nascem do entrechoque de indivíduos indiferentes entre si".

Há uma transformação histórica radical nas relações sociais. A dependência entre os indivíduos deixa de se apresentar imediatamente como uma relação consciente entre pessoas e passa a se manifestar por meio do valor de troca, do dinheiro, dos preços, da oferta e da demanda, enfim, do mercado. Essa transformação faz com que a conexão social entre as pessoas, sob o primado do valor de troca, seja, portanto, "transformada em um comportamento social das coisas; o poder [*Vermögen*] pessoal, em poder coisificado".[12]

indivíduo privado, pela orientação para o interesse particular e pela competição etc. Situação bastante distinta de sociabilidade é a que encontramos nas sociedades pré-capitalistas, de maneira geral, em que, conforme se acha nos *Grundrisse*, "o indivíduo, ou o indivíduo natural ou historicamente ampliado na família ou tribo (mais tarde, comunidade), reproduz-se diretamente com base na natureza ou em que sua atividade produtiva e sua participação na produção são dependentes de uma determinada forma de trabalho e do produto, e sua relação com os outros é determinada da mesma forma" (Ibidem, p. 105).

12 Nem mesmo a ampliação quantitativa e qualitativa da comunicação (correios, telégrafos etc.) e da conexão social (mercado mundial, taxas de câmbio, etc.), com os produtores passando a dispor de mais informações sobre os demais, o que lhes permite ajustar a própria atividade em função dessas informações, diz Marx, elimina, por si só, a forma estranhada e coisal da relação social de produção moderna, muito embora essa condição possa dar lugar a relações e conexões que trazem em si a possibilidade de transição para além dessa forma de relação (Ibidem, p. 109).
Em Karl Marx, o aumento do conhecimento e da capacidade de coordenação da produção não implica, necessariamente, a negação do mercado nem a superação da mediação pelo valor de troca. O que quer estabelecer são os diferentes níveis de dependência entre os indivíduos historicamente situados. Nesse sentido, ele afirma: "Quanto menos força social possui o meio de troca, quanto mais está ainda ligado à natureza do produto imediato do trabalho e às necessidades imediatas dos trocadores, maior deve ser a força da comunidade que liga os indivíduos uns aos outros, relação patriarcal, comunidade antiga, feudalismo e sistema corporativo" (Ibidem, pp. 105-106). Marx acrescenta: "Cada indivíduo possui o poder social sob a forma de uma coisa. Retire da coisa esse poder social e terá de dar tal poder a pessoas sobre pessoas". Nesse ponto, inclusive, os *Grundrisse* apresentam três grandes formas históricas de dependência social. A primeira caracteriza-se pelas "Relações de dependência pessoal (de início, inteiramente espontâneas e naturais)", na qual o desenvolvimento da produtividade humana permanece limitado e circunscrito a espaços territoriais restritos de organização social. A segunda grande forma corresponde à "Independência pessoal fundada sobre uma dependência *coisal*", estágio em que se estrutura pela primeira vez um sistema de "metabolismo social universal, de relações universais, de necessidades múltiplas e de capacidades universais". A terceira, por sua vez, consiste na "livre

O caráter objetivo, estranhado e coisificado do vínculo social na sociedade burguesa relaciona-se diretamente tanto com o valor de troca e, consequentemente, com o dinheiro, quanto com a divisão do trabalho. Nessa forma social, **valor de troca e divisão do trabalho condicionam-se mutuamente**, observa Marx:[13]

> "Como cada um trabalha para si e seu produto nada é para ele, tem naturalmente de trocar, não só para participar da capacidade de produção universal, mas para transformar seu próprio produto em um meio de vida para si mesmo.[...]. A troca, quando mediada pelo valor de troca e pelo dinheiro, pressupõe certamente a dependência multilateral dos produtores entre si, mas ao mesmo tempo o completo isolamento dos seus interesses privados e uma divisão do trabalho social cuja unidade e mútua complementaridade existem como uma relação natural **externa** aos indivíduos, **independente** deles. A pressão da demanda e da oferta universais uma sobre a outra medeia a conexão de [pessoas] reciprocamente **indiferentes**". (grifo nosso)

Em uma ordem social como essa, conforme ensina o filósofo de Trier, é necessário primeiro transformar o produto ou a atividade em valor de troca, em dinheiro, pois é somente sob essa forma coisal que o indivíduo adquire e comprova seu poder social. Embora os indivíduos produzam tão somente "para a sociedade e na sociedade" — no sentido de que dependem dos demais e de que o produto de seu trabalho somente pode cumprir sua função social mediante a inserção nas relações de produção, troca e consumo que articulam a produção social —, sua produção não é imediatamente social, pois não resulta de uma associação consciente em que os indivíduos repartem entre si o trabalho segundo as necessidades da sociedade. Os indivíduos, no caso, estão incorporados e submetidos "à produção social que existe fora deles como uma fatalidade [...]". Ou seja, essa subsunção não é organizada por eles e segundo as necessidades sociais. Logo, como se vê na crítica de Marx aos defensores do bônus-hora, é "falso e insípido" pressupor que, mantendo-se a base social fundada no valor de troca e, consequentemente, no dinheiro, os indivíduos reunidos possam controlar sua produção total apenas mediante uma mudança na forma do dinheiro.[14]

Nesse sentido, observa o teórico de Trier, a troca privada de todos os

individualidade fundada sobre o desenvolvimento universal dos indivíduos e a subordinação de sua produtividade coletiva, social, como seu poder social". O primeiro estágio abrange formas sociais marcadas pela dependência pessoal, como as sociedades antigas e medievais; o segundo diz respeito à sociedade mercantil desenvolvida, ou burguesa, ou capitalista, na qual a independência pessoal se assenta na dependência mediada pelas coisas, sobretudo pelo valor de troca e pelo dinheiro. O terceiro estágio representa a superação dessa dependência coisal e a constituição de uma forma social em que os indivíduos, desenvolvendo universalmente suas capacidades, subordinam a produtividade coletiva ao seu próprio poder social. Na perspectiva marxiana, o segundo estágio cria as condições do terceiro por meio de suas próprias contradições internas. Ao final dessa passagem, Marx relaciona a transição do primeiro para o segundo estágio ao desenvolvimento do comércio, do luxo, do dinheiro e do valor de troca na mesma medida em que se verifica o declínio das condições patriarcais, antigas e feudais, e a emergência da sociedade moderna (Ibidem, p. 106). A concepção da terceira grande forma de sociabilidade remete, ao nosso ver, à forma social superior que Marx vislumbra para além da sociedade burguesa: a sociedade comunista.

13 Ibidem, p. 106.

14 Ibidem, pp. 106-107.

produtos do trabalho, das atividades e das capacidades laborais está em contradição tanto com uma distribuição assentada na dominação e na subordinação pessoais quanto com a troca livre entre indivíduos associados, baseada na apropriação e no controle coletivos dos meios de produção:[15]

> "Assim como a divisão do trabalho gera aglomeração, coordenação, cooperação, a antítese dos interesses privados gera interesses de classe, a concorrência gera concentração de capital, monopólios, sociedades anônimas — puras formas antitéticas da unidade que dá origem à própria antítese —, a troca privada gera o comércio mundial, a independência privada gera a total dependência do assim chamado mercado mundial, e os atos de troca fragmentados geram um sistema bancário e de crédito cuja contabilidade ao menos apura os saldos da troca privada".

O que Marx está querendo dizer com isso especificamente? A parir dessa passagem, podemos compreender que o capitalismo, como modo de produção em que a divisão do trabalho e o valor de troca se condicionam mutuamente, desenvolve, contraditoriamente, condições materiais e relações sociais que podem servir de base à sua superação. Essa superação, contudo, não pode ser concretizada por simples reformas das relações existentes, tal como pretendem os proudhonistas ao buscar transformar a sociedade mediante uma mudança na forma monetária do valor. O poder social do dinheiro, expressão das relações de troca privada e da divisão do trabalho, manifesta uma forma de organização social na qual a conexão entre os indivíduos assume uma existência autônoma e se impõe a eles como uma força externa. As contradições dessa forma de organização, entretanto, fazem com que o próprio desenvolvimento capitalista produza elementos e condições materiais que podem fundamentar uma organização social para além dele. Marx considera que as condições materiais de produção e as correspondentes relações de intercâmbio de uma sociedade sem classes se encontram "veladas" na sociedade burguesa tal como ela existe.[16]

Embora os *Grundrisse* não enumerem essas condições materiais e espirituais "veladas", cuja apresentação o autor reserva para um momento ulterior, é possível identificá-las na transcrição acima. A divisão social do trabalho, ao separar as atividades produtivas, torna os produtores reciprocamente dependentes, favorecendo a concentração das atividades, sua articulação e a colaboração entre eles, embora essa

15 Ibidem, p. 107.

16 Ainda a respeito das contradições internas da sociabilidade burguesa, vale reproduzir mais este trecho dos *Grundrisse*: "(Uma massa de formas antitéticas da unidade social cujo caráter antitético, todavia, jamais pode ser explodido por meio de metamorfoses silenciosas. Por outro lado, se não encontrássemos veladas na sociedade, tal como ela é, as condições materiais de produção e as correspondentes relações de intercâmbio para uma *sociedade sem classes*, todas as tentativas para explodi-la seriam quixotadas)" (grifo nosso; Ibidem, p. 107). Essa passagem, assim como as examinadas no parágrafo principal e no seguinte, permite relacionar a analise das contradições da sociedade burguesa à interpretação de Antonio Negri dos manuscritos de 1857/1858 como uma ciência da crise e da subversão, conforme propõe em *Marx além de Marx: Ciência da crise e da subversão: caderno de trabalho sobre os Grundrisse* (São Paulo-SP: Editora Autonomia Literária, 2016). Vemos nessas passagens a contraposição à sociabilidade burguesa de uma forma social sem classes, como a que se explicita, por exemplo, no *Manifesto do Partido Comunista* (1848).

unidade social ainda se apresente como algo externo aos indivíduos. A oposição entre os interesses privados, por sua vez, gera interesses de classe antagônicos, que se manifestam, na sociedade capitalista, no confronto entre os proprietários dos meios de produção e os proprietários da força de trabalho (os trabalhadores assalariados). A livre concorrência, ao colocar os capitais em disputa, impulsiona a concentração do capital e favorece a formação de monopólios e sociedades anônimas, contradizendo a imagem de um mercado composto por concorrentes independentes. A expansão das trocas privadas para além dos limites locais contribui para a formação do mercado mundial, ampliando a dependência dos produtores em relação a conexões que ultrapassam seus próprios âmbitos de atuação. Os atos de troca fragmentados, como a compra e a venda, geram um sistema bancário e de crédito cuja contabilidade permite apurar os saldos das trocas privadas, processo que evidencia o papel do dinheiro como objeto de negócio e como fim em si mesmo. Essas condições, entre outras, integram o desenvolvimento das relações capitalistas e das capacidades produtivas e sociais que, conforme a perspectiva dos manuscritos de 1857/1858, podem servir de base material e social para outra forma de produção.

III

A crítica marxiana demonstra que o dinheiro não é um instrumento externo que possa ser simplesmente substituído; ele é a forma objetiva de uma relação social que nasce da própria produção privada baseada no valor de troca. Por isso, a conexão social que se desenrola na sociedade mercantil desenvolvida, sob a primazia do valor de troca e, por conseguinte, do dinheiro, assume a forma de um comportamento social das coisas, de um poder coisificado, em última instância, de um poder do dinheiro.

É nesse sentido que a existência do dinheiro pressupõe a coisificação do vínculo social. Marx observa que os economistas burgueses pressupõem essa coisificação quando consideram que, ao entregar dinheiro a alguém em troca de uma mercadoria, os indivíduos depositam na coisa-dinheiro a confiança que não depositam uns nos outros como pessoas. O dinheiro funciona, assim, para seu possuidor, como um "*penhor mobiliário da sociedade*". Mas por que os indivíduos depositam a confiança na coisa?, questiona o teórico alemão-prussiano. Porque a confiança na coisa-dinheiro, argumenta Marx, não constitui a origem do nexo social, mas decorre de uma sociabilidade fincada no valor de troca, que "nada mais é do que uma relação da atividade produtiva das pessoas entre si". Essa relação, mediada pelo valor de troca, adquire no dinheiro uma forma **objetiva**, **estranhada**, **autônoma** e **coisificada**.[17]

17 Ibidem, p. 108. Uma forma objetiva, porque a relação social constituída sob o predomínio do valor de troca e, por assim ser, do dinheiro, assume uma existência exterior aos indivíduos, que não depende simplesmente da vontade particular de cada um. Estranhada, porque essa relação se apresenta aos indivíduos como algo alheio, que escapa ao seu controle. Autônoma, porque esse vínculo social adquire independência relativa perante os indivíduos e passa a exercer poder sobre eles. Coisificada, porque a relação entre pessoas sob essa forma social,

Examinados os argumentos que permitem caracterizar a conexão social no âmbito da sociedade burguesa por seu caráter objetivo, estranhado, autônomo e coisificado, passemos às razões pelas quais Marx rejeita a concepção desse nexo como um vínculo natural, espontâneo e imanente aos indivíduos, compreendendo-o como produto do processo histórico. Para introduzir essa crítica, nada melhor que começar com as palavras do próprio autor:

> "(Foi dito e pode ser dito que a beleza e a grandeza residem justamente nessa conexão espontânea e natural, nesse metabolismo material e espiritual independente do saber e da vontade dos indivíduos. E essa conexão coisificada é certamente preferível à sua desconexão, ou a uma conexão local baseada unicamente na estreiteza da consanguinidade natural ou nas [relações] de dominação e servidão. É igualmente certo que os indivíduos não podem subordinar suas próprias conexões sociais antes de tê-las criado. Porém, é absurdo conceber tal *conexão* puramente *coisificada* como a conexão natural e espontânea, inseparável da natureza da individualidade (em oposição ao saber e ao querer reflexivos) e a ela imanente. A conexão é um produto dos indivíduos. É um **produto histórico**. Faz parte de uma determinada fase de seu desenvolvimento [...])". (grifo em negrito nosso, grifo itálico do autor)[18]

O filósofo continua, agora extraindo uma consequência dessa determinação histórica para a compreensão do caráter estranhado e da autonomia da conexão social:

> "([…] A condição estranhada [*Fremdartigkeit*] e a autonomia com que ainda existe frente aos indivíduos demonstram somente que estes estão ainda no processo de criação das condições de sua vida social, em lugar de terem começado a vida social a partir dessas condições [...])".[19]

Para o pensador de Trier, aquilo que aparece como dependência mediada pelas coisas (dependência coisal) resulta de relações sociais que se autonomizam e se contrapõem aos indivíduos, que parecem independentes. Nesse contexto, os indivíduos passam a ser dominados por abstrações coisificadas, que, no plano teórico, expressam as próprias relações materiais que exercem domínio sobre eles: no capitalismo, o valor e o dinheiro são exemplos.[20]

---

apresenta-se como uma relação entre coisas. Esses termos não designam necessariamente quatro propriedades independentes que, a partir do dinheiro, determinam as relações sociais no âmbito da sociedade burguesa. Marx não estabelece essa classificação; aqui, nos a propomos com intuito didático. Nos *Grundrisse*, a objetividade da conexão social, seu caráter estranhado, sua autonomia relativa e sua coisificação são aspectos articulados da relação social mercantil desenvolvida.

18 Ibidem, pp. 109-110.

19 Ibidem, p. 110.

20 Ibidem, p. 112. Quando o produtor vende sua mercadoria e recebe dinheiro, essa relação não se limita à transferência material de um bem ou à prestação de um serviço. O dinheiro, como forma autonomizada do valor, confere-lhe poder de adquirir outras mercadorias, dispor do trabalho alheio e satisfazer necessidades. Esse poder não provém das propriedades físicas do papel ou do metal, mas da validade social do dinheiro nas

A dominação que aparece como poder de uma coisa sobre os indivíduos não é, portanto, uma propriedade natural dessa coisa. É a forma assumida pela conexão social quando as relações entre os indivíduos se autonomizam perante eles e adquirem existência objetiva sob o domínio do valor de troca, encontrando no dinheiro sua forma coisificada. Em outros termos, trata-se de **poder social coisificado**, poder que decorre da forma social que se objetivou na coisa-dinheiro.

Na concepção marxiana, justamente por serem históricas, as formas de dependência social, de conexão entre os indivíduos, de poder e de dominação de uns sobre outros não são eternas.

A dissolução da dependência pessoal no sistema desenvolvido de troca vem acompanhada de uma independência e, ao mesmo tempo, de uma dependência muito mais ampla e multilateral. Nesse sistema, os indivíduos não dependem mais, necessariamente, de uma única pessoa ou grupo nem de uma determinabilidade de caráter pessoal para que possam se relacionar uns com os outros, como ocorria entre suserano e vassalo, entre senhor e servo etc.[21]

No novo sistema mercantil, em que se estabelece uma relação monetária, embora "[…] os indivíduos parecem independentes[22] […], livres para colidirem uns contra os outros e, nessa liberdade, trocar […]", pontua Marx, eles também estão submetidos a uma determinabilidade, só que, desta feita, "desenvolvida como uma limitação coisal do indivíduo por relações dele independentes e que repousam sobre si mesmas". Trata-se de uma determinabilidade que, ao contrário daquela que caracteriza as relações de dependência pessoal, se funda em "**relações de dependência *coisal*** [...]"[23]. (grifo em negrito nosso, grifo em itálico do autor)

Entretanto, uma análise mais apurada dessas relações e condições externas evidencia a impossibilidade de os indivíduos subjugados a elas, considerados em sua massa, superá-las sem aboli-las. Embora admita que o indivíduo singular possa, em circunstâncias particulares, ser capaz de fazê-lo, o filósofo alemão-prussiano entende que essa possibilidade não se esende à massa de indivíduos dominados por tais relações, uma vez que a mera existência destes pressupõe a necessária subordinação às relações e condições externas a eles.[24] Na linha do raciocínio marxiano, essa superação, quando considerada no plano da massa dos indivíduos submetidos, não pode ocorrer pela simples modificação dos efeitos dessas relações, mas exige a abolição das próprias relações, o que constitui, mais uma vez, um contraponto às propostas reformistas dos proudhonistas.

relações de troca. O exemplo permite compreender como o valor e o dinheiro expressam relações sociais que assumem forma objeiva e se contrapõem aos indivíduos como poderes das próprias coisas.

21 Ibidem, p. 111.

22 Independência que, aliás, Marx ressalva, "([…] não passa de mera ilusão e, mais justamente, significa apatia — no sentido de indiferença)" (Ibidem, p. 111).

23 Ibidem, p. 112.

24 Ibidem, p. 111.

Como mencionado anteriormente, a determinabilidade dos indivíduos no sistema mercantil desenvolvido de troca corresponde a uma dominação por abstrações,ao passo que, no primeiro estágio das relações sociais, a determinabilidade corresponde a uma dominação concreta: os indivíduos dependiam uns dos outros em relações de caráter pessoal.

Em Karl Marx, porém, a dominação coisal no sistema mercantil desenvolvido aparece na consciência dos indivíduos como domínio das ideias, como ideologia. A nosso ver, ao apontar como o peculiar da era moderna o fato de ser dominada pelas ideias, referindo-se ao Século das Luzes (Iluminismo), o filósofo dirige sua crítica à concepção de que a derrubada desse domínio das ideias bastaria para assegurar a livre individualidade[25], sem que fossem transformadas as relações materiais que essas ideias expressam. A crítica marxiana volta-se, assim, contra a compreensão ideológica da dominação social, pela qual as relações de dependência coisal aparecem na consciência como domínio das ideias. Essa aparência contribui para consolidar a crença, inculcada pelas classes dominantes, na eternidade dessas relações sociais. Em face das relações de dependência coisal, a liberdade e a independência individuais próprias da modernidade aparecem como uma condição distinta das relações sociais de dependencia pessoal das formas sociais anteriores. Essa aparência, contudo, não significa que as relações sociais existentes sejam eternas, nem que a realização da livre individualidade possa prescindir da transformação dessas relações.[26]

Considerando, nesse contexto, as ideias como a "expressão teórica" das relações materiais que, no segundo estágio das relações históricas de dependência social, correspondente à sociedade burguesa, se autonomizam diante dos indivíduos e os subordinam, o autor dos *Grundrisse* escreve:

> "Do ponto de vista ideológico, o erro era tão mais fácil de cometer porquanto esse domínio das relações (essa dependência coisal que, aliás, se reverte em relações determinadas de dependência pessoal, mas despidas de toda ilusão) aparece na consciência dos próprios

25 A "livre individualidade" não deve ser entendida simplesmente como independência do indivíduo em sua esfera privada em relação aos demais, característica que Marx identifica no segundo estágio; muito menos como retorno nostálgico às formas sociais do primeiro estágio, tomadas como se nelas estivesse uma suposta plenitude do indivíduo natural ou a possibilidade de restaurar formas comunitárias primitivas (Ibidem, p. 110). Trata-se, antes, de uma individualidade cujo desenvolvimento não se encontra subordinado a relações sociais que se apresentam diante dos indivíduos como poderes externos e autônomos. Por isso, o "desenvolvimento universal dos indivíduos" pode ser compreendido, nesse momento, em contraposição à limitação de seu desenvolvimento pelas relações sociais autonomizadas e coisificadas: o desenvolvimento das capacidades individuais passa a se realizar em uma forma de sociabilidade na qual a interdependência social não assume a forma de dependência diante de poderes estranhos. Dito isso, é importante, contudo, não atribuir a essa passagem dos *Grundrisse* um desenvolvimento teórico que ela não contém. O trecho oferece elementos substantivos para compreender os princípios desse terceiro estágio, mas não apresenta uma exposição sistemática da sociedade que dele decorreria. A formulação marxiana permite uma primeira compreensão desses princípios em contraposição aos que regem os estágios anteriores. Eles serão retomados e desenvolvidos em outros momentos da elaboração de Marx, inclusive nos próprios *Grundrisse*, como veremos no decorrer deste Artigo III, em *O capital*, no *Manifesto do Partido Comunista* (1848) e na *Crítica do Programa de Gotha* (1875).

26 Ibidem, p. 112.

> indivíduos como domínio das ideias e a crença na eternidade de tais ideias, *i.e.*, dessas relações coisais de dependência, é consolidada, nutrida, inculcada por todos os meios, é claro, pelas classes dominantes".

A determinabilidade que ordena a conexão social dos indivíduos no sistema mercantil desenvolvido de troca é, portanto, coisal. Essa conexão resulta da produção privada baseada no valor de troca: o produto assume a forma de mercadoria, e o valor de troca adquire uma existência particular autonomizada na forma do dinheiro, ao lado da própria mercadoria. Como vimos na exposição sobre a origem do dinheiro, na Parte 1 do Folheto nº 04, essa forma monearia do valor não nasce de uma convenção, tampouco de uma ideia, nem de uma decisão do Estado, mas do próprio desenvolvimento das relações de troca, como resultado dela. A conexão social entre os indivíduos assume, assim, a configuração de um **comportamento social das coisas**, de um **poder social coisificado**.

IV

A compreensão do poder social do dinheiro exige examinar as determinações que fazem do dinheiro a forma universal do valor de troca e, ao mesmo tempo, uma forma objetiva particular, distinta das mercadorias cujo valor representa. É nessa forma particular que o valor de troca adquire existência autônoma em relação às mercadorias, no sentido de que sua forma de valor se distingue da forma natural dos produtos, possibilitando o intercâmbio generalizado característico da sociedade mercantil desenvolvida. Essa autonomização confere ao dinheiro poder social. É por meio da forma-dinheiro que os produtos dos trabalhos privados se relacionam socialmente como valores.

Na sequência dos *Grundrisse*, Marx observa que, ao assumir a forma de mercadoria universal, uma mercadoria se torna permutável por todas as demais e sua "particularidade natural é apagada", ou seja, suas propriedades naturais deixam de condicionar sua permutabilidade universal. Essa permutabilidade passa a ser expressa no dinheiro, como se observa no movimento M—D—M. Contudo, essa expressão não se dá no dinheiro em geral, diz ele, "mas como uma *determinada soma de dinheiro*, pois, para representar o valor de troca em todas as suas diferenças, o dinheiro deve ser contável, deve ser quantitativamente divisível".

Como forma comum em que todas as mercadorias se apresentam enquanto valores de troca, o dinheiro é o equivalente geral que possibilita o intercâmbio generalizado. Como constitui a forma autônoma do valor de troca das mercadorias, precisa, paradoxalmente, existir como mercadoria particular ao lado das demais. Isso porque os valores das mercadorias não são apenas mensurados mentalmente: no

intercâmbio real, precisam ser realizados, o que ocorre por meio da troca das mercadorias por dinheiro, ou seja, através da conversão destas em dinheiro, da venda.[27]

A determinação quantitativa do dinheiro, contudo, ainda não explica por que o valor de troca universal precisa adquirir existência efetiva sob a forma de uma mercadoria particular. Resta compreender a questão de fundo: por que a universalidade do valor de troca precisa assumir uma forma objetiva particular?

Referindo-se às relações de troca em geral, o teórico alemão-prussiano observa que, quando a mercadoria se converte em valor de troca universal, este também precisa assumir a forma de uma mercadoria particular. Isso acontece, prossegue o autor dos *Grundrisse*, "só porque uma mercadoria particular adquire o privilegio, perante todas as demais, de representar, de simbolizar o seu valor de troca", isto é, de tornar-se dinheiro. Assim, uma mercadoria particular (sal, pele, gado, escravo, cobre, ouro, prata etc.) assume a qualidade de "sujeito-dinheiro": uma mercadoria que, em sua particularidade, passa a representar universalmente o valor de troca das demais. Nas palavras de Marx, "Isso resulta da própria essência do valor de troca".[28]

No desenvolvimento das relações de troca, o "sujeito-dinheiro" pode adquirir uma existência separada da substância natural (matéria) da mercadoria que originalmente lhe serve de suporte, como ocorre com o papel-moeda. Essa separação, porém, não elimina a necessidade de o dinheiro possuir uma forma de existência particular. A forma monetária pode deixar de estar vinculada à substância material de mercadoria específica (ouro ou prata, por exemplo), sem que o dinheiro deixe de existir objetivamente. A questão central, portanto, não é a permanência de determinada substância natural, mas a necessidade de uma forma particular que represente universalmente o valor de troca: o dinheiro. No papel-moeda, essa forma já não corresponde à de uma terceira mercadoria, podendo assumir a configuração de um signo monetário.

Uma vez estabelecida a necessidade de o dinheiro assumir uma forma particular e objetiva e, ao mesmo tempo, representar a universalidade do valor de troca, os *Grundrisse* passam a examinar a relação quantitativa entre mercadoria e dinheiro: o *quantum* de dinheiro pelo qual uma mercadoria pode ser trocada. Marx já enuncia essa determinação como "medida do valor", sem desenvolvê-la ainda em toda a sua extensão, o que fará mais adiante, na seção "O curso do dinheiro", objeto do Folheto nº 05.

De acordo com Marx, "A relação em que a mercadoria particular é trocada por dinheiro, *i.e.*, o *quantum* de dinheiro em que um *quantum* determinado de

27 Ibidem, pp. 112-113.

28 Ibidem, p. 114. No método marxiano, a universalidade não existe separada da particularidade, mas se realiza por meio desta. O abstrato, portanto, não se reduz a algo do pensamento: pode adquirir existência objetiva no próprio mundo concreto. É o que se observa nessa passagem, em que a universalidade do valor de troca assume uma forma particular na mercadoria que funciona como dinheiro.

mercadoria é convertível, é determinada pelo tempo de trabalho objetivado na mercadoria". Como "efetivação de um tempo de trabalho *determinado*, a mercadoria é valor de troca; no dinheiro, a cota de tempo de trabalho que ela representa está contida, assim como medida, em sua forma permutável universal, adequada ao seu conceito". Por isso, ele afirma: "[…]. O dinheiro é o meio coisal no qual os valores de troca, imersos, adquirem uma configuração correspondente à sua determinação universal".

Na esfera da produção de mercadorias, Karl Marx retoma uma formulação de Adam Smith segundo a qual "o trabalho é o dinheiro original com o qual todas as mercadorias são compradas" e considera-a correta quando se observa o ato da produção. Nesse sentido, Marx afirma que, na produção, "toda mercadoria é trocada continuamente por tempo de trabalho".[29]

O problema — e aqui o teórico alemão-prussiano enuncia uma questão central acerca da determinabilidade do valor de troca — é que o tempo de trabalho não pode ser expresso diretamente, como dinheiro, em seu produto imediato e particular, como se a quantidade de trabalho despendida na produção de uma mercadoria específica, por exemplo, o pão fabricado pelo padeiro, pudesse constituir, por si mesma, uma medida universal do valor:[30]

> "A necessidade de um dinheiro distinto do tempo de trabalho surge precisamente do fato de que a quantidade de tempo de trabalho não deve ser expressa no seu produto imediato e particular [no pão, por exemplo, dizemos nós], mas em um produto mediado e universal, em seu produto particular como produto igual e convertível em todos os demais produtos de mesmo tempo de trabalho; o tempo de trabalho contido não em uma mercadoria, mas em todas as mercadorias ao mesmo tempo e, por isso, em uma mercadoria particular que representa todas as outras."

Nesse ponto, os *Grundrisse* retomam mais uma vez o bônus-hora defendido por Alfred Darimon: "O próprio tempo de trabalho não pode ser imediatamente dinheiro (uma exigência que, em outras palavras, equivale a requerer que toda mercadoria seja imediatamente seu próprio dinheiro) […]". Na proposta de Darimon, um bônus-hora corresponderia a uma hora de trabalho. Assim, um quilo de pão cuja produção exigisse uma hora de trabalho e uma camisa cuja produção também exigisse uma hora de trabalho receberiam, cada qual, um bônus-hora, que permitiria expressar sua equivalência.

No entanto, ainda que o elemento comum, a unidade de conta, no caso do bônus-hora, seja a hora de trabalho, esta não estabelece, por si só, igualdade ou paridade entre as mercadorias. Mesmo que considerado um só tipo de trabalho concreto, uma mesma quantidade de tempo poderia resultar em quantidades diferentes de um mesmo produto. Um padeiro pode produzir um quilo de pão em uma hora, enquanto outro

29 Ibidem, pp. 114-115.
30 Ibidem, p. 115.

pode precisar de duas horas para produzir a mesma quantidade. A contabilização do tempo de trabalho individual não resolve a questão da validade social dos trabalhos particulares, sejam eles realizados em tempos iguais ou diferentes, pois não permite converter diretamente o tempo despendido por cada produtor em uma medida universal da riqueza. Isso porque os trabalhos são realizados sob condições distintas de produtividade, tecnologia, organização, qualificação etc.

Por outro lado, levar em consideração essas variáveis não é suficiente para compreender plenamente por que Marx rejeita o tempo de trabalho individual como medida adequada do valor de troca das mercadorias. Antes, é preciso entender como esses trabalhos se relacionam com o **trabalho social total** e como seus produtos adquirem uma **medida social comum** que permita equipará-los enquanto valores.[31]

O fato de o trabalho ser concreto e assumir formas diferentes em cada profissão faz parte da explicação para a oposição de Marx ao dinheiro-trabalho proudhonista, mas também não é suficiente para compreendê-la. O padeiro produz pão, e seu trabalho concreto é distinto do trabalho do alfaiate ou do tecelão que produz camisas. Na troca generalizada, esses trabalhos particulares precisam relacionar-se como parcelas do trabalho social total, de modo que o padeiro possa comprar a camisa e o alfaiate possa adquirir o pão. Para tanto, ambos os trabalhos precisam assumir uma forma social comum, na qual suas diferenças concretas sejam abstraídas, permitindo a equiparação de seus produtos enquanto valores. O mesmo se dá, ressalta-se, para o caso de trabalhos concretos iguais, conforme abordado.

Karl Marx observa que, embora, na prática, o tempo de trabalho só exista concretamente em produtos particulares, "como objeto universal, o tempo de trabalho só pode existir de forma simbólica e, por sua vez, precisamente em uma mercadoria particular que é posta como dinheiro". Como o tempo de trabalho só existe imediatamente em produtos particulares, ele precisa adquirir uma forma objetiva universal, que não se restrinja à propriedade natural de cada mercadoria, para que os produtos possam ser equiparados enquanto valores. O tempo de trabalho teria, portanto, de existir como "objeto universal da troca".[32]

Na relação entre a mercadoria como objeto material e como valor de troca, está presente uma tensão entre sua particularidade natural e sua determinação universal como valor de troca. O filósofo de Trier sustenta, como já abordado em fascículo anterior, que essa contradição só pode ser resolvida "na medida em que a mercadoria é

31 Entenda o posicionameno de Marx com o exemplo de uma situação contraditória que poderia ocorrer: no caso do trabalho do padeiro, premiaria-se o maior tempo individual despendido, porquanto o produtor que levasse duas horas para produzir um quilo de pão poderia receber o dobro de bônus-hora daquele que produzisse a mesma quantidade em uma hora. Essa ressalva, porém, não significa que o produtor mais lento devesse necessariamente receber menos ou mais em qualquer sistema de remuneração. A crítica marxiana direciona-se à regra segundo a qual cada hora individualmente despendida geraria, no caso, um bônus-horário, independentemente das condições sociais de produção e da relação entre trabalhos particulares e trabalho social total. A questão principal é que o próprio tempo de trabalho não pode funcionar imediatamente como dinheiro, como se fosse, por si só, uma mercadoria universal.

32 Idem, p. 115.

posta duplamente, uma vez em sua forma natural imediata, depois em sua forma mediada, como dinheiro".

De outra banda, a mercadoria só possui dupla forma de existência porque uma mercadoria particular (gado, ouro etc.) se coloca, por assim dizer, como "a substância universal dos valores de troca, ou porque o valor de troca das mercadorias é identificado a uma substância particular, a uma mercadoria particular distinta de todas as demais". Isto significa, prossegue Marx, que a mercadoria tem de ser trocada primeiro pela mercadoria universal, na condição de equivalente geral da troca, isto é, pelo produto que constitui a objetivação universal simbólica do tempo de trabalho. Só então, como valor de troca, poderá ser "permutável à vontade e indiferenciadamente por todas as outras mercadorias", para nelas se transformar. O dinheiro aparece, assim, como tempo de trabalho na condição de objeto universal, como "objetivação do tempo de trabalho universal, o tempo de trabalho como *mercadoria universal*".

Em síntese, enquanto o tempo de trabalho determinado é objetivado em uma mercadoria particular (ex.: pão), na condição de valor de troca esse tempo precisa assumir uma forma que seja indiferente às propriedades naturais particulares da mercadoria. Daí a necessidade de uma mercadoria particular que seja posta como universal e desempenhe a função de dinheiro. Assim, a mercadoria (pão) é posta duplamente: em sua forma natural imediata, como produto particular, e em sua forma mediada, como dinheiro, na qual se expressa sua condição de valor de troca.

Dessa sequência dos *Grundrisse*, podemos formular uma nova questão, embora decorrente da anterior: se o tempo de trabalho é a substância do valor e participa da determinação quantitativa dos valores de troca, por que não utilizar o próprio tempo de trabalho diretamente como dinheiro, fazendo corresponder, por exemplo, um bônus-horário a uma hora de trabalho, como almejam os proudhonistas?

Para compreender a resposta, é preciso esclarecer o que significa considerar o trabalho como parte da produção social e, particularmente, o que está em jogo quando Karl Marx se refere ao trabalho universal.

Tomemos novamente o trabalho do padeiro. Seu trabalho concreto é produzir pão. Numa sociedade fundada na troca generalizada e, por conseguinte, na divisão social do trabalho, a produção de alimentos constitui uma das atividades particulares de que depende a reprodução da sociedade. Isso, contudo, não significa que a utilidade social do pão assegure, por si só, a validade social do trabalho individual do padeiro. Quando a produção é privada, cada produtor realiza seu trabalho por sua própria conta, sem que a conexão entre diferentes trabalhos seja estabelecida diretamente na própria produção.

É mediante a troca dos produtos que os trabalhos privados adquirem validade social como parcelas da riqueza e do trabalho social total. Não basta, portanto, que o pão seja útil ou que exista uma necessidade social por ele. O trabalho do padeiro

precisa adquirir uma forma socialmente válida, o que, na produção mercantil desenvolvida, ocorre por meio da transformação dos produtos em valores de troca e de sua mediação pelo dinheiro. A utilidade do produto, por si só, não garante que o trabalho privado nele despendido seja reconhecido como parcela do trabalho social total.

O trabalho concreto do padeiro produz pão. Na forma social própria da produção mercantil burguesa, esse trabalho assume também a condição social de **trabalho abstrato**, ou seja, de **trabalho humano indiferenciado**, abstraídas as particularidades concretas dos diferentes trabalhos. É sob essa determinação que os trabalhos particulares podem ser equiparados como parcelas do trabalho social total. Essa equiparação, contudo, não se estabelece diretamente na produção privada, mas por meio das relações sociais entre produtores, mediadas pela troca de seus produtos.

Por isso, ainda que um bônus-hora referente à produção de pão pudesse ser trocado por outro produto na mesma proporção de tempo de trabalho — por exemplo, uma hora de trabalho do padeiro por uma hora de trabalho do alfaiate —, isso não eliminaria o problema da forma social do valor. Permaneceria a questão de como os trabalhos particulares adquirem validade social e se relacionam como parcelas do trabalho social total. A simples inscrição de uma quantidade de horas em um bônus não transforma, por si mesma, o tempo de trabalho em dinheiro universal.

O trabalho particular do padeiro produz pão, cujo valor de troca precisa assumir uma forma universal para que o produto possa ser permutado por todas as demais mercadorias. Sob essa forma, os diferentes trabalhos particulares podem relacionar-se segundo uma determinação social comum, sem que a permutabilidade de cada produto fique limitada às suas propriedades naturais ou ao tempo de trabalho individual imediatamente despendido em sua produção. Para adquirir permutabilidade universal, a mercadoria precisa primeiro ser trocada pela mercadoria universal, que constitui a forma monetária do valor de troca. É precisamente essa necessidade de mediação que explica por que o tempo de trabalho individual não pode funcionar diretamente como dinheiro.

Voltemos, então, à pergunta anterior para conhecer a resposta. Se o bônus-hora pode ser trocado por outras mercadorias — por exemplo, se uma hora de trabalho na produção de um quilo de pão equivale a uma hora de trabalho na produção de uma camisa —, por que não considerá-lo uma forma de dinheiro universal, dotada de permutabilidade universal? Marx responde que "a relação dos valores de troca — das mercadorias como objetivações reciprocamente iguais e equiparáveis do tempo de trabalho — inclui contradições que adquirem sua expressão coisal em um *dinheiro diferent*e do tempo de trabalho". Um dinheiro que precisa ser diferente do próprio de trabalho, que só existe imediatamente objetivado em produtos particulares, como o pão ou a camisa.[33]

33 Ibidem, p. 116

Não se trata de um dinheiro no qual o tempo de trabalho seja simplesmente contabilizado em horas ou registrado em um bônus: é preciso que o valor adquira uma forma objetiva universal, distinta dos trabalhos particulares que constituem sua substância. Conforme a conceituação preliminar apresentada no Folheto nº 03, essa substância é o trabalho abstrato, e não o trabalho singular. A determinação da grandeza do valor e, por consequência, da grandeza do trabalho abstrato representado na mercadoria será desenvolvida por Marx mediante a categoria do tempo médio de trabalho socialmente necessário, apresentada de maneira sistematizada em *O capital*. Os *Grundrisse*, enquanto "laboratório econômico marxiano", elaboram e articulam essas determinações.[34]

Em Karl Marx, o tempo de trabalho em si existe apenas subjetivamente, ou seja, somente na forma da atividade. No entanto, quando se torna permutável, como no exemplo de uma hora de trabalho na produção de um quilo de pão em relação a uma hora de trabalho na produção de uma camisa, ele próprio se torna mercadoria. Logo, "é tempo de trabalho determinado e diferente, não só quantitativa, mas também qualitativamente, e de forma alguma universal e idêntico a sim mesmo [...]".[35]

Com a predominância da troca mercantil generalizada, o trabalho do indivíduo, realizado de forma autônoma (privada), só adquire caráter social por meio das relações de troca de seus produtos. Nesse contexto, o produto do trabalho do indivíduo singular assume a forma de mercadoria e é direcionado ao mercado, onde seu valor de troca adquire expressão monetária. O tempo de trabalho particular despendido na produção da mercadoria não constitui, por si só, trabalho universal socialmente validado. Sua validade social (que não deve ser entendida como resultado de uma aprovação consciente, pois se estabelece objetivamente por meio das relações mercantis) depende da relação que se coloca entre esse trabalho e os demais trabalhos por meio da troca. Para que seu produto adquira permutabilidade universal, o valor de troca precisa expressar-se numa forma objetiva distinta da forma natural particular da mercadoria: o dinheiro. Assim, podemos representar essa mediação da seguinte forma: mercadoria *A* → valor de troca expresso em dinheiro → troca → mercadoria *B*.

34 Nessa parte dos manuscritos *Grundrisse*, Karl Marx cita novamente Adam Smith, desta feita para apresentar a compreensão do economista britânico acerca da contradição do dinheiro ao lado da mercadoria que representa, cujas determinações Smith considera justapostas. Marx escreve que o tralhador produz "ao lado do produto particular do trabalho (do tempo de trabalho como objeto particular), um *quantum* da mercadoria universal (o tempo de trabalho como objeto universal)". O teórico alemão observa que, para Adam Smith, essas duas determinações ainda aparecem uma ao lado da outra, sem que sua contradição interna seja plenamente apreendida. Isso corresponde, explica Marx, "ao estágio da produção que [A. Smith, acrescentamos] tinha diante de si", em que a produção para a troca ainda não havia se generalizado plenamente e apenas o excedente era trocado: "[…] nem sua atividade como um todo nem seu produto como um todo tinham se tornado dependentes da troca […]". No tempo do economista britânico, parte da produção ainda se destinava diretamente à subsistência do próprio produtor, enquanto apenas o excedente era trocado. A produção ainda não dependia inteiramente da troca, nem a atividade do produtor nem seu produto haviam sido inteiramente subordinados a ela. Nesse contexto, o produto particular do trabalho e a mercadoria universal ainda aparecem, na formulação smithiana examinada por Marx, como determinações justapostas (Ibidem, p. 116, 118).

35 Ibidem, p. 118.

Considerado no próprio ato da produção, como se pode compreender no caso da proposta do bônus-hora, o trabalho do indivíduo singular funcionaria como o dinheiro com o qual ele adquire diretamente o produto correspondente *à* sua atividade (no caso do padeiro, o pão). Nesse caso, porém, "é um dinheiro particular que só compra esse produto determinado". Para ser, desde o começo, "o dinheiro universal", aquele que medeia a compra de qualquer produto, Marx prossegue, essa espécie de trabalho-dinheiro "teria de ser, desde o início [no ato da produção, dizemos nós], não um trabalho particular, mas universal"; teria de ser posto "como elemento da produção *universal*". Sendo elemento da produção universal, o trabalho teria seu caráter universal pressuposto na própria organização do trabalho, e não precisaria adquiri-lo por meio da troca. O caráter coletivo da produção passaria a determinar a participação dos indivíduos nos produtos.

Sob o pressuposto de uma produção de caráter coletivo, a própria organização da produção determinaria a participação dos indivíduos nos produtos. Como escreve Marx, o caráter coletivo da produção "faria do produto, desde o início, um produto coletivo, universal". Nesse contexto, a troca, em vez de constituir uma troca de valores de troca entre produtores privados, corresponderia ao intercâmbio de atividades condicionado por necessidades e fins coletivos. Desse modo, ela incluiria, desde o começo, a participação do indivíduo singular no mundo coletivo dos produtos.[36]

O que Karl Marx deseja demonstrar com esse contraponto entre produção singular (autônoma) e produção universal (coletiva)? Que, nas sociedades mercantis desenvolvidas, como a burguesa, o trabalho privado não possui caráter diretamente universal: sua validade social se estabelece por meio da troca de produtos, na qual o valor de troca e o dinheiro medeiam a relação entre os trabalhos particulares.

O trabalho que lastreia o bônus-hora defendido por Alfred Darimon, por exemplo, não pode adquirir permutabilidade universal por esse meio. Para que o trabalho fosse universal desde o início, seria necessário que a produção estivesse organizada coletivamente, de modo que seu caráter social não dependesse da troca entre produtores privados. Nesse caso, porém, a participação dos indivíduos nos produtos não seria mediada pelo dinheiro, e o bônus-hora deixaria de cumprir a função que lhe atribuem os proudhonistas. Como ressalta o filósofo de Trier, "a troca dos produtos não seria, de modo algum, o *meio* pelo qual seria mediada a participação dos indivíduos singulares na produção universal". Essa mediação teria que ocorrer "naturalmente" com base nas necessidades coletivas e nos fins sociais.

Para concluir esta parte um tanto quanto complexa, a mudança na forma do

36 Quando se considera o trabalho do indivíduo singular no próprio ato de produção, Karl Marx observa que, na hipótese do bônus-hora, esse trabalho funcionaria como dinheiro com o qual o indivíduo adquire diretamente o produto de que necessita. Trata-se, porém, de um dinheiro particular, que só compra um produto determinado. Marx relaciona essa questão ao estagio da produção examinado por Adam Smith, no qual, conforme sua interpretação, a troca ainda não abrange a totalidade da atividade produtiva nem a totalidade dos produtos, mas tão somente o excedente.

dinheiro não altera, por si só, a estrutura social das relações de produção fundadas no valor. De acordo com o autor dos *Grundrisse*, partindo-se "da produção autônoma dos indivíduos singulares [...], a mediação por meio da troca, do valor de troca, do dinheiro, são todas expressões de uma única e mesma relação". Numa produção coletiva, diferentemente, o caráter social da produção estaria pressuposto desde o início, e a participação nos produtos seria mediada pelas próprias condições sociais da produção.[37]

Enquanto nas sociedades mercantis fundadas na troca generalizada o caráter social da produção se dá "*post festum*" — após o fato —, pela transformação dos produtos em valores de troca e pela troca desses valores de troca, naquelas fundadas na produção coletiva o caráter social da produção está pressuposto desde o início. Nesse segundo caso, a participação no mundo dos produtos e no consumo não é mediada pela troca de trabalhos ou de produtos independentes uns dos outros. O indivíduo singular não compra com seu trabalho um produto particular determinado, "mas uma cota determinada na produção coletiva". "Por isso", conclui o filósofo de Trier, o indivíduo "não tem nenhum produto particular para trocar". O produto, nesse caso, não assume a forma de valor de troca.[38]

"Sobre a base dos valores de troca", continua Karl Marx, "o trabalho pressupõe justamente que nem o trabalho do indivíduo singular nem seu produto sejam imediatamente universais; que o produto só consiga essa forma por uma mediação objetiva [*gegenständlich*], por um *dinheiro* distinto dele". O dinheiro, cuja essência é ser a forma autonomizada do valor das mercadorias, permanece necessário enquanto as relações sociais estiverem assentadas no valor, independentemente do suporte material em que se apresente, inclusive aquele proposto pelos proudhonistas. Na economia capitalista, os trabalhos privados relacionam-se socialmente por meio da produção e da troca de mercadorias, sob as determinações fundamentais da exploração e da valorização do valor, conforme antecipado no Folheto nº 03.

Na sequência da análise marxiana sobre o trabalho e o tempo de trabalho individuais e coletivos, ainda tendo o bônus-hora como pano de fundo, podemos extrair um alerta: o fato de o tempo de trabalho individual não poder ser convertido diretamente em dinheiro universal sem que se transformem as relações sociais de produção fundadas na autonomia dos produtores privados, não significa que Marx desconsidere a importância do tempo de trabalho. Pelo contrário. "Pressuposta a produção coletiva", ressalta ele, "a determinação do tempo permanece naturalmente essencial".

A crítica marxiana à tentativa dos proudhonistas de transformar diretamente o tempo de trabalho em dinheiro não diminui, portanto, a importância econômica do tempo. Nos *Grundrisse*, Marx afirma categoricamente: "Economia de tempo, a isso se reduz afinal toda a economia".

O autor alemão ressalta ainda que "[…] Economia de tempo,

37 Idem, pp. 118-119.
38 Ibidem, p. 119.

bem como [sic] distribuição planificada do tempo de trabalho entre os diferentes ramos de produção, continua sendo também a primeira lei econômica sobre a base da produção coletiva". Isso, contudo, é substancialmente diferente de determinar os valores de troca das atividades ou dos produtos do trabalho pelo tempo de trabalho. O que muda entre os dois modos de produção é a função social que o tempo de trabalho desempenha.

Na produção coletiva, o tempo de trabalho permite organizar a produção social e distribuir o tempo disponível entre os diferentes ramos da produção, tanto os voltados à produção material quanto os relacionados à atividade intelectual e espiritual. Na produção mercantil baseada no valor de troca (na troca pela troca), por sua vez, os trabalhos privados independentes adquirem validade social por meio da troca de seus produtos, mediada pelo dinheiro. Essa é a diferença fundamental entre organizar coletivamente o tempo de trabalho e submeter a relação social entre os trabalhos privados à mediação do valor de troca.[39]

CONCLUSÃO

Divergindo das concepções que reduzem o dinheiro a uma exigência técnica da circulação de mercadorias ou a uma convenção, Karl Marx identifica que, nas sociedades mercantis desenvolvidas, ou capitalistas, o dinheiro não é um elemento externo às relações sociais de produção. O dinheiro nasce de uma necessidade interna do sistema de trocas mercantil burguês, como forma monetária autonomizada do valor das mercadorias, na qual se objetiva o poder social dos indivíduos. O dinheiro, portanto, não apenas medeia o intercâmbio mercantil, mas também constitui a forma em que o poder dos indivíduos sobre as atividades e as riquezas sociais se apresenta como poder do próprio dinheiro: "Seu poder social, assim como seu nexo com a sociedade, [o indivíduo] traz consigo no bolso".

Sendo o dinheiro a forma objetiva da relação social que nasce da produção privada baseada no valor de troca, o nexo social que se desenvolve sob sua primazia assume a forma de um comportamento social das coisas, de um poder coisificado. Em contraste com as sociedades fundadas na dependência pessoal, a forma social mercantil desenvolvida caracteriza-se, paradoxalmente, pela dependência recíproca e multilateral dos indivíduos, que são, ao mesmo tempo, independentes na esfera privada e indiferentes entre si.

É nesse sentido que o dinheiro pressupõe uma conexão social coisificada, própria de uma sociabilidade na qual as relações entre os indivíduos são mediadas pelo valor de troca, que adquire no dinheiro uma forma objetiva (porque existe independentemente da vontade particular de cada um), estranhada (porque se apresenta aos indivíduos como algo alheio ao seu controle), autônoma (porque adquire

39 Ibidem, pp. 119-120.

independência relativa perante os indivíduos e passa a exercer poder sobre eles) e coisificada (porque as relações entre as pessoas se apresentam como relações entre coisas). Essa forma de conexão social exerce sobre os indivíduos uma dominação abstrata, isto é, um poder que, embora resulte das próprias relações sociais estabelecidas entre eles, se lhes impõe como uma força autônoma, condicionando suas atividades e suas possibilidades de acesso à riqueza social.

Sob o capitalismo, a conexão social estabelecida entre os indivíduos, embora se apresente como natural e independente deles, é um produto histórico e, portanto, finito, podendo ser superada.

A superação da sociabilidade burguesa não pode resultar de uma simples mudança na forma do dinheiro, como desejavam os proudhonistas com seu dinheiro-trabalho (bônus-hora ou bônus-horário), mas exige a transformação das próprias relações sociais de produção que engendram esse poder social coisificado e a dominação abstrata que o dinheiro exerce sobre os indivíduos.

No próximo fascículo do Artigo Expositivo III sobre os *Grundrisse*, mais duas seções do "Capítulo do dinheiro" serão abordadas, de modo a concluir os chamados "primeiros passos" da formulação da teoria do dinheiro de Karl Marx: a seção "Os metais preciosos como portadores da relação de dinheiro", que busca elucidar por que a forma monetária autonomizada do valor de troca encontra nos metais preciosos, especialmente no ouro e na prata, seus portadores materiais privilegiado; e a seção "O curso do dinheiro", cujo propósito é explicitar como o processo de circulação do dinheiro e a relação recíproca entre a transformação ideal do valor das mercadorias em dinheiro e sua transformação real.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta e. **Darimon, bancos e crédito: Notas sobre os Grundrisse e a transição para o socialismo**. Belo Horizonte-MG: Texto para discussão nº 353. Cedeplar/UFMG. 2009. Disponível em https://1library.org/br/download/874392890870136833.

ALEXANDR, Lozovski. **Marx e os sindicatos**. **Capítulo II - Marx contra o Proudhonismo e o Bakuninismo**. Disponível em https://www.marxists.org/portugues/lozovski/ano/marx/02.htm.

ALVES, Álvaro Marcel. **O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade**. Revista de Psicologia da UNESP 9(1), 2010. Disponível em https://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/download/422/400.

ANTUNES, Jadir. **A dialética do valor em *O capital* de Karl Marx**. Disponível em https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q&esrc=s&source=web&cd&ved=2ahUKEwiF-PzZ4c7yAhXKI7kGHSfbDlAQFnoECAwQAw&url=https%3A%2F%2Frevistaseletronicas.pucrs.br%2Fojs%2Findex.php%2Fintuitio%2Farticle%2Fdownload%2F9664%2F8478%2F&usg=AOvVaw051UXferYxYQBfqZb-tU3n.

BAPTISTA, Paulo Cabaça. **O Socialismo de Pierre-Joseph Proudhon e a sua influência em Oliveira Martins e Antero de Quental**. Disponível em https://cabacabaptista.blogspot.com/2012/12/o-socialismo-de-pierre-joseph-proudhon.html.

CARCANHOLO, Reinaldo A. **Marx, Ricardo e Smith: Sobre a Teoria do Valor-Trabalho**. Vitória-ES: Editora da Universidade Federal do Espírito Santo (EDUFES), 2013,

COHEN, Gerald A. **Forças produtivas e relações de produção**. Campinas-SP: Crítica Marxista,Unicamp, 2010. Disponível em https://www.marxists.org/portugues/cohen/1983/mes/forcas.htm.

DUAYER, Mário. **Grundrisse| Aula 6| III Curso Livre Marx-Engels**. Videoaula. TV Boitempo Editorial, Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região e Centro de Pesquisas 28 de Agosto. São Paulo-SP. 2012. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=jmrnEoaoq70.

DUSSEL, Enrique. **A produção teórica de Marx: Um comentário aos Grundrisse**. São Paulo-SP: Editora Expressão Popular, 2012.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. Escritos filosóficos. O Essencial de Marx e Engels. Organização: Marcello Musto. São Paulo-SP: Editorial Boitempo, 2024.

GOMES, Carlos. **Antecedentes do capitalismo**. Disponível em https://www.eumed.net/libros-gratis/2008a/372/CIRCULACAO%20DE%20CAPITAL.htm.

GRANEMANN, Sara. **O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade**. Disponível em https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/s709726Gx6l8W29E12Si.pdf.

GRESPAN, Jorge e DUAYER, Mário. **Grundrisse, de Marx.** Videoaula. TV Boitempo Editorial e parceiros. São Paulo-SP, 2016. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=LlcqIOmc_ks&t=6s.

ILIENKOV, Evald Vasilievich. **A Dialética do Abstrato e do Concreto em *O Capital* de Karl Marx. Capítulo 1. A Concepção Dialética e Metafísica do Concreto**. Disponível em https://www.marxists.org/portugues/ilyenkov/1960/dialetica/01.htm.

JAPPE, Anselm. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx (comentário sobre o livro de Roman Rosdolsky)**. Disponível em https://aterraeredonda.com.br/genese-e-estrutura-de-o-capital- de-karl-marx/.

KLIMAN, Andrew. **A crítica de Marx a Darimon nos Grundrisse**. Disponível em https://marxisthumanistinitiative.org/economics/marxs-critique-of-darimon-in-the-grundrisse.html.

LIMA, Laís Leni Oliveira. **Aparência e Essência: da alienação ao fetiche**. Jataí-GO: Itinerarius Reflectionis – Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia do Campus Jataí - UFG, Vol. II, n. 5, 2008. Disponível em https://revistasufj.emnuvens.com.br/rir/article/view/20416.

MACHADO, Gustavo. **Marx e a impossibilidade de reformar a sociedade capitalista**. Disponível em https://teoriaerevolucao.pstu.org.br/marx-e-a-impossibilidade-de-reformar-a-sociedade-capitalista/.

MARX, Karl Heinrich. **Crítica do Programa de Gotha**. Escritos políticos. O Essencial de Marx e Engels. Organização: Marcello Musto. São Paulo-SP: Editorial Boitempo, 2024.

_____. **Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política**. Rio de Janeiro-RJ: Boitempo Editorial, 2011.

_____. **Miséria da filosofia.** Escritos econômicos. O Essencial de Marx e Engels. Organização: Marcello Musto. São Paulo-SP: Editorial Boitempo, 2024.

_____. **O capital: crítica da economia política**. **Livro I – O processo de produção do capital**. São Paulo-SP: Boitempo Editorial, 2ª. Edição, 2017.

_____ e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo-SP: Editora Martin Claret, Coleção A Obra Prima de Cada Autor, 2000.

MIGLIOLI, Jorge. **Dominação burguesa nas sociedades modernas**. Crítica Marxista. Campinas-SP. Unicamp. 2010. Disponível em https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo205Artigo1.pdf.

NEGRI, Antonio. **Marx além de Marx: Ciência da crise e da subversão: caderno de trabalho sobre os Grundrisse**. São Paulo-SP: Editora Autonomia Literária, 2016.

OPENAI. ChatGPT: versão GPT-4. Modelo de linguagem treinado por Inteligência Artificial. Disponível em: https://chat.openai.com/.

PAMPLONA, Rui Eduardo S. de Oliveira. **Artigo Expositivo I – Gênese e estrutura de *O capital* de Karl Marx.** Blog Expedição Karl Marx: Para ler *O capital*. Disponível em https://expedicaokarlmarx.com.br/wp-content/uploads/2024/02/22BLOG1.pdf.

_____. **O Materialismo Histórico-Dialético: Introdução**. Artigo. Blog Expedição Karl Marx: Para ler "O capital". Disponível em https://expedicaokarlmarx.com.br/wp-content/uploads/2024/05/1.2.-Exp.KarlMarx-Conh.Marx-Pensamento-Filosofico-O-Materialismo-Historico-e-Dialetico-Plano-6-v2.-02.12.21.pdf.

PAULANI, Leda. **Teoria do Valor. Curso *O capital* de Marx**. Curso Livre Marx e Engels. Videoaula 2. TV Boitempo. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=T9x0gFHuON4&t=1221s.

PROUDHON, Pierre-Joseph. **O que é a propriedade**. Lisboa-Portugal: Editorial Estampa, 2ª edição, 1975.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de *O capital* de Karl Marx**. Rio de Janeiro-RJ: Contraponto Editora. 2001.

SANTOS, Roberval de Jesus Leone dos. **Marx, Proudhon e Darimon: diálogos sobre o dinheiro**. São Paulo-SP: Boitempo Editorial, Artigo, Revista Crítica Marxista, 2001. Disponível em https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/03rober.pdf.

SAWAIA, Bader Burihan. **Transformação social: um objeto pertinente à psicologia social?** Artigos. Psicol. Soc. 26 (spe2), 2014. Disponível em https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000600002.

SIQUEIRA, Vinícius. **A dialética da produção e consumo — Karl Marx**. Portal Colunas Tortas. Disponível em https://colunastortas.com.br/producao-e-consumo-em-marx/.

SITE GAZ.WIKI. **Teorizando o valor dos produtos de trabalho.** Disponível em https://gaz.wiki/wiki/pt/Law_of_value.

SITE INFOPEDIA. **Relações Sociais**. Disponível em https://www.infopedia.pt/$relacoes-sociais.

SITE JORNAL GGN. **Concepção do fim da história**. Disponível em https://jornalggn.com.br/noticia/nota-sobre-a-concepcao-do-fim-da-historia-um-embate-entre-marx-e-hegel-mediado-por-meszaros-em-para-alem-do-cap/.

SITE MAESTRO VIRTUALE. **Lógica formal**. Disponível em https://maestrovirtuale.com/lógica-formal-objeto-de-estudo-caracteristicas-e-exemplos/?expand_article=1.

SITE SÓ ESCOLA. **O que é lógica dialética na filosofia**. Disponível em https://www.soescola.com/glossario/o-que-e-lógica-dialetica-na-filosofia.

SITE WIKIPEDIA. **Adam Smith**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Adam_Smith.

_____. **Alfred Darimon**. Disponível em https://fr.wikipedia.org/wiki/Alfred_Darimon.

_____. **Classe social**. Disponível em https://pt.wikipedia. org/wiki/Classesocial.

_____. **Crise de 1857**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Crise_de_1857.

_____. **Crise do capitalismo**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Crise_do_capitalismo.

_____. **David Ricardo**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/David_Ricardo.

_____. **Dialética**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Dial%C3%A9tica.

_____. **Dinheiro**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Dinheiro.

_____. **Divisão social do trabalho**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Divis%C3%A3o_social_do_trabalho.

_____. **Economia Clássica**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Economia_c%C3%A1ssica.

_____. **Economia marxiana**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Economia_marxiana.

_____. **Economia Neoclássica**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Economia_neoc%C3%A1ssica.

_____. **Economia Política**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Economia_po%C3%Adtica.

_____. **Economicismo**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Economicismo.

_____.**Fetichismo da mercadoria**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Fetichismo_da_mercadoria.

_____. **Força de trabalho**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/For%C3%A7a_de_trabalho.

_____. **Forças produtivas**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/For%C3%A7as_produtivas.

_____. **Friedrich Engels**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Friedrich_Engels.

_____. **História da Moeda**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Moeda#Hist%C3%B3ria.

_____. **História do comunismo.** Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_do_comunismo.

_____. **Influências em Karl Marx**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/ Influ%C3%AAncias_em_Karl_Marx.

_____. **Infraestrutura e superestrutura**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Infraestrutura_e_superestrutura.

_____. **John Maynard Keynes**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/John_Maynard_Keynes.

_____. **Lei de Say**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_de_Say.

_____. **Lei do valor**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_do_valor.

_____. **Livre associação de produtores**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Livreassocia%C3% A7%C3%A3o (comunismo_e_anarquismo).

_____. **Luta de classes**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Luta_de_classes.

_____. **Mais-trabalho**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Mais-trabalho.

_____. **Mais-valia (mais-valor)**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Mais-valia.

_____. **Mão invisível**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%A3o_invis%C3%ADvel.

_____. **Materialismo dialético**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Materialismo_dial%C3%A9tico.

_____. **Materialismo histórico**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Materialismo_hist%C3%B3rico.

_____. **Meios de produção**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Meios_de_produ %C3%A7% C3%A3o.

_____. **Mercado livre**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Mercado_livre.

_____. **Mercadoria no marxismo**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Mercadoria#No_marxismo.

_____. **Mercantilismo**. Disponível em https://pt.wikipedia .org/wiki/Mercantilismo.

_____. **Metodologia da Economia**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Metodologia_da_economia.

_____. **Modo de produção**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Modo_de_produ% C3%A7% C3% A3o.

_____. **Modo de produção socialista**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Mododeprodu%C3%A7%C3% A3osocialista.

_____. **Moeda fiduciária**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Moeda_fiduci%C3%A1ria.

_____. **Mutualismo**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Mutualismo_(economia).

_____. **Neoliberalismo**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Neoliberalismo.

_____. **Padrão ouro**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Padr%C3%A3o-ouro.

_____.**Pierre-Joseph Proudhon**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Pierre-Joseph_Proudhon.

_____. **Moishe Postone**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Moishe_Postone.

_____. **Práxis**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Pr%C3%A1xis.

_____. **Proletariado**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Proletariado.

_____. **Racionalização**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Racionaliza%C3%A7%C3%A3o.

_____. **Relações de produção**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Rela%C3%A7%C3%B5es_de_ produ%C3%A7%C3%A3o.

_____. **Revolução Industrial**. Disponível em https://en.wikipedia.org/wiki/Industrial_Revolution.

_____. **Segunda Revolução Industrial**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Segunda_Revolu%C3%A7%C3% A3o_Industrial.

_____. **Socialismo**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Socialismo.

_____. **Socialismo democrático**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Socialismocient% C3%Adfico.

_____. **Socialismo ricardiano**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Socialismo_ricardiano.

_____. **Socialismo utópico**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Socialismout%C3%B3pico.

_____. **Sociedade comunista**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Sociedade_comunista

_____. **Substância**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Subst%C3%A2ncia_(filosofia).

_____. **Taxa de exploração**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Taxa_de_explora%C3%A7%C3%A3o.

_____. **Teoria do valor-trabalho**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Teoria_do_valor-trabalho.

_____. **Trabalho assalariado e capital**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Trabalho_Assalariado_e_Capital.

_____. **Valor de troca no marxismo**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Valor_de_troca#:~:text=Para%20o%20marxismo%2C%20valor%20de,desses%20produtos%20tenha%20sido%20o.

_____. **Valor de uso**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Valor_de_uso.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. Volume I, Livro 1. São Paulo-SP: Editora Martins Fontes, 3ª ed., 2020.

SOBRAL, Fábio Maia. **Os Grundrisse de 1857-8 como Manifesto Social**. Tese de Doutorado. Campinas-SP: Unicamp. 2008. Disponível em https://1library.org/article/a-rela%C3%A7%C3%A3o-geral-produ%C3%A7%C3%A3o-com-distribui%C3%A7%C3%A3o-troca-consumo.y863o55q.

VIEIRA, Pedro. **Os duvidosos fundamentos da economia política: o caso da mercadoria força de trabalho**. Disponível em http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A008.pdf.

WELLEN, Henrique. **1843-44: Marx e Engels e a rejeição filosófica e moral da economia política**.

Revista Novos Rumos, v. 56 n.1, 2019, p. 1 e 2. Disponível em https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/9049.

XIMENES, Olavo Antunes de Aguiar. **Aproximação à categoria de modo de produção nos Grundrisse (1857-1858) de Karl Marx**. Dissertação para obtenção do título de Mestre em Filosofia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas-SP, 2017. Disponível em https://1library.org/article/capital-constante-capital-vari%C3%A1vel-modo-produ%C3%A7%C3%A3o-capitalista-capital.qvpn1gdq.